



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|---|--|
| ☐ Ambiente e Sustentabilidade | ☐ Crítica, Documentação e Reflexão | ☒ Espaço Público e Cidadania |
| ☐ Habitação e Direito à Cidade | ☐ Infraestrutura e Mobilidade | ☐ Novos processos e novas tecnologias |
| ☐ Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

As ruas para dançar: O *Baixo Centro* e a ação crítica no espaço público

The streets to dance: The Baixo Centro and the critical action on public space

Las calles a bailar: El Baixo Centro y La acción crítica en El espacio público Título del artículo

LIMA, Carlos Henrique de (1)

(1) Professor Mestre, DPUR-FAU-UFRJ, doutorando PROURB-FAU-UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; email: carlos.lima@ufrj.br

As ruas para dançar: O Baixo Centro e a ação crítica no espaço público

The streets to dance: The Baixo Centro and the critical action on public space

Las calles a bailar: El Baixo Centro y La acción crítica en El espacio público

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão em torno das ações críticas no espaço público e os possíveis pontos de convergência que podem ser estabelecidos com Movimento Baixo Centro, que atua em São Paulo. O grupo é uma plataforma colaborativa e horizontal que possibilita ações com o intuito promover uma diversidade de atores e usos na região central da cidade. Entender a posição de sujeitos em uma dada situação histórica é fundamental para pensar em como seus modos de pensar e agir influenciam o cotidiano dos espaços urbanos. Desse modo, pode-se pensar as cidades como o lugar de construção de identidades das diferenças, tanto quanto da produção de sentido e afirmação da alteridade. Espera-se que a discussão possa contribuir para a ampliar o entendimento do urbanismo e outras disciplinas urbanas sobre formas colaborativas de intervenção, bem com de modos alternativos de pensar e cidade, que possam auxiliar a instituir formas mais equitativas de produção do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: cultura urbana, ação espacial crítica, Movimento Baixo Centro

ABSTRACT

This article proposes a discussion about the critical actions in public space and the possible points of convergence with the Movimento Baixo Centro, based in São Paulo. The group is a collaborative platform that enables horizontal and actions in order to promote a diversity of actors and uses in the downtown area of São Paulo. Understand the position of individuals in a given historical situation is essential to think about how their ways of acting can change the everyday life of urban spaces. Thus, it is possible to think of cities as the place of construction of identities of the differences as far as the production of meaning and affirmation of otherness.. It is hoped that the discussion will contribute to a broader understanding of urbanism on collaborative forms of intervention, as well as alternative modes of thinking the city as a way to establish more equitable forms of production of urban space.

KEY-WORDS: urban culture, critical spatial practice, Movimento Baixo Centro

RESUMEN

Este trabajo propone una reflexión sobre las acciones críticas en el espacio público y los posibles puntos de convergencia que se puede establecer a Movimento Baixo Centro, con sede en Sao Paulo. El grupo es una plataforma de colaboración que permite acciones con el fin de promover una diversidad de actores y usos en la zona centro de São Paulo. Entender la posición de los sujetos en una situación histórica dada es fundamental para pensar en cómo sus formas de pensar y de actuar influencia la vida cotidiana y los espacios urbanos. Así, se puede pensar en las ciudades como el lugar de la construcción de las identidades de las diferencias en cuanto a la producción de sentido y la afirmación de la alteridad. Se espera que el debate contribuirá a la comprensión más amplia del urbanismo y otras disciplinas urbanas sobre las formas de colaboración de la intervención, así como formas alternativas de pensar y la ciudad lo que ayudaría a establecer formas más equitativas de producción del espacio urbano..

PALABRAS-CLAVE: cultura urbana, acción crítica en el espacio, Movimento Baixo Centro

1 INTRODUÇÃO

O que se pode definir hoje como uma ação crítica no espaço público? Esta é uma questão que evoca não apenas a diversidade de atores que constituem o fenômeno urbano, mas seus modos de representação e suas formas de agir e pensar sobre a cidade. Entender a posição dos sujeitos em uma dada situação histórica é assimilar essas inscrições e de como se manifestam no cotidiano. Integrar os atores ao processo de constituição física e existencial dos lugares é indispensável para pensar a vida nas cidades e o campo do urbanismo. As culturas urbanas são corporificadas a partir dos vínculos que estabelecem com as inclinações valorativas das sociedades que são instáveis e passíveis de reorientação. Assume-se aqui a postura de que as ações espaciais críticas se inserem nesse horizonte, por serem pautadas pela transformação do espaço urbano em sua forma, seus usos e possibilidades que oferecem para sua ocupação política e humana.

Com efeito, estamos diante de um território constituído em torno de aspectos físicos e relacionais que foi refletido em diversas formulações encarregadas de integrar o tempo lógico das disciplinas ao fenômeno urbano. Para Castells, (2011) a cidade se caracteriza por uma constituição múltipla e plural, em que os termos *cidade* e *urbanização* recebem conotações mais abrangentes. Desse modo, o espaço urbano é caracterizado tanto pela difusão de um sistema de valores e comportamentos, quanto por sua determinação física e material. Essa produção social das formas espaciais ajuda a entender o arranjo intrincado constituído pela rede urbana (Castells, 2011), bem como a se pensar a história como fenômeno aberto à ação coletiva.

Partido daí, podemos aludir ao pensamento dialético de Henri Lefebvre que se desdobra na definição do urbano – que não é apenas a cidade – como fenômeno possível. Para Lefebvre (1999) assim como para Grass (1993), pode-se pensar o *urbano* como um sistema físico e mental, formado tanto pelas redes que articula – sejam elas materiais ou não – quanto pelos objetos técnicos que produz; ressoando no circuito conectado entre sociedades e espaços. Nesse sentido, o processo de constituição das espacialidades não ocorre apenas a partir de elementos de natureza física, tendo relações diversas com aspectos imateriais.

Os espaços urbanos manifestam as contradições da cidade e são também o lugar de construção de identidades e produção dos sentidos. A conformação dinâmica e instável de atores no espaço é tema fundamental para as disciplinas que se ocupam das cidades. O interesse crescente por estudos orientados à compreensão dos coletivos urbanos talvez seja indicativo de que suas ações podem contribuir para alternativas mais amplas e irrestritas de produção do espaço urbano, calcada nas diferentes apreensões do real.

As ações autônomas dos coletivos urbanos mostram a possibilidade de se constituir formas horizontais e colaborativas capazes de reorientar a percepção cotidiana e inscrever novos signos relacionais nos lugares da vida pública. Numa análise conjuntural, o ativismo e a militância manifestam o desejo de discutir (e transformar) não apenas o que diz respeito às questões ambientais, de gênero ou de etnias, mas também de temas urbanos tais como mobilidade, uso e ocupação do espaço público, patrimônio e cultura.

No caso das grandes metrópoles brasileiras, é possível perceber o surgimento de formas associativas pautadas pela difusão de ideias e saberes, que procuram se desvincular de modos homogêneos de concepção espacial por meio do financiamento colaborativo e da produção

descentralizada. Propõem-se, portanto, a repensar a lógica da produção e do consumo promovendo espaços para expressão do múltiplo e da diversidade.

Pensar nas forças que movem a formação das metrópoles de hoje, assim como no contraste que movimentos sociais e coletivos procuram estabelecer, leva a especular sobre processos que são semelhantes e por isso comparáveis em muitos pontos. Sendo assim, assume-se aqui uma abordagem delimitada e vertical com o propósito de discutir as ações do Movimento Baixo Centro em São Paulo. O Movimento Baixo Centro é exemplo de um novo tipo de organização dos agentes empenhados na disputa simbólica dos lugares públicos, nesse caso, da região central da capital paulista, que abrange os bairros da Luz, Barra Funda, Santa Cecília, Campos Elíseos e Vila Buarque. Orientados contra o predomínio de normas e planos que privilegiam sobremaneira o mercado imobiliário, entendem as ruas como lugar do imprevisível e da equidade.

2 A AÇÃO CRÍTICA NO ESPAÇO PÚBLICO

Pensar o fenômeno urbano requer a aproximação não apenas de suas dimensões física e territorial, mas dos próprios aspectos relacionais que dão sentido à produção de seu espaço. Produzir um lugar é também preenche-lo de sentido por meio das práticas espaciais que, segundo Lefebvre (1994) são projeções num território de todos os aspectos da prática social, cuja construção é sempre dialética. Para Lefebvre, o espaço é uma construção social que se manifesta no trinômio indissociável entre forma, conteúdo e estrutura. A partir do reconhecimento que este conjunto está sujeito à representações e, portanto, encobrimento e dissimulações, pode-se pensar que espaço social a partir de uma tríade conceitual: (i) das práticas espaciais; (ii) das representações do espaço e (iii) dos espaços de representação (Lefebvre, 1994).

É no conjunto dessas representações que se movimentam as experiências do cotidiano que em muitos casos reafirmam as formas hegemônicas de domínio e controle presentes nas relações sociais de produção. Nesse sentido, o próprio espaço é uma força produtiva: lugar de mediação das práticas espaciais tanto quanto meio de produção das relações que organiza. O que se percebe, concebe e se vivencia no espaço urbano está condicionado a uma relação de causa e efeito, capazes de produzir ou reproduzir meios de ocupação dos territórios e dos lugares. Nesse processo, como a ação espacial pode ter uma dimensão crítica pautada pela transformação inclusiva?

A constituição de novas solidariedades espaciais promovidas por coletivos urbanos pode ajudar a entender esse jogo de forças. Mais do que isso, mapear as demandas colocadas por esses grupos pode revelar as contradições que ainda persistem no espaço urbano. Nesse sentido, a pesquisa de Ana Torres Ribeiro oferece uma trilha promissora de investigação. Para Ribeiro (2012) a ação não é o mesmo que a atividade, pois esta reitera o existente e a percepção funcionalista do mundo, enquanto que a ação é calcada na potência libertária e de emancipação. Ribeiro (2012, p.65) propõe uma “cartografia da ação social” para compreender as visões de mundo e estratégias de fazer desses grupos na vida cotidiana.

A polissemia desse espaço nos mostra que a cidade é fenômeno em construção plena e contínua. Nesse sentido, a análise dessas ações recai sobre os espaços públicos, por serem os lugares onde cidadãos podem transitar e permanecer, exercer atividades individuais e coletivas, enfim, instituir modos de articulação por meio de sua apropriação simbólica. Para

Arendt (2005, p.59), “ser visto e ouvido por todos” é o que constitui a condição pública de um lugar, que pode ser apreendido e percebido coletivamente numa variedade de aspectos; “[...] de sorte que os que estão a sua volta sabem e vêem o mesmo na mais completa diversidade [...]” (ARENDR, 2005, p.67-68)

Daí percebemos porque a transformação do espaço público está nas especulações de diversos movimentos sociais e coletivos urbanos, que interferem nas cidades em favor de espaços mais participativos e abrangentes. Pensar o espaço público a partir daí, levanta diversas categorias de análise que constituem o campo do urbanismo. Para Doron (2001) o espaços públicos devem ser não apenas reivindicados por manifestações públicas, mas sim transgredidos. Em 2001, durante uma palestra do arquiteto Richard Rogers no *Royal British Institute of Architects*, Gil Doron funda o grupo *Transgressive Architecture*, com o propósito de denunciar o silêncio dos arquitetos em relação às políticas públicas para as cidades, por meio da conjugação de intervenções temporárias à transgressão, ou seja, daquilo que o autor denomina como “arquitetura ilegal” (DORON, 2007, p.255, tradução nossa). A produção desta arquitetura ilegal faz eco aos atributos espaciais e conceituais da transgressão, conforme definida por Foucault, “[...] para quem o termo não é nem ato revolucionário ou meio de constituir um novo espaço, mas sim uma ação que revela e testa fronteiras; amplia os limites sem destituí-los.” (DORON, 2007, p.255, tradução nossa)

Portanto, não se trata de destituir as formas de articulação da vida pública nas cidades, mas compreender e tornar visíveis os mecanismos de regulação que conferem mais ou menos permeabilidade ao espaço público. Essa permeabilidade depende de sua existência material e social. O verdadeiro espaço público, segundo Wigley (2002), deveria se capaz de relativizar posições estáticas e termos naturalizados; o espaço público “[...] não deveria nem mesmo ser reconhecível como um espaço. Sua abertura para a transgressão dos agentes seria de tal ordem que teria sequer forma clara ou limites definidos” (WIGLEY, 2002, p.284, tradução nossa).

Quanto maior as possibilidades que um espaço público oferece, maiores os cenários que pode fazer surgir. Quanto mais aberta e intensa são as interações nos espaços livres, mais efetiva será sua transformação. Lugares sem programação definida oferecem um intervalo imaginativo mais largo para apropriação. Desse modo, “[...] os espaços livres de programação estão, por isso mesmo, em transformação constante” (DORON, 2007, p.17, tradução nossa). Para a escritora Patrícia Reed (2012), cabe à arte e a arquitetura – em sua modalidade crítica – abrir espaços que não podem ser reduzidos a uma única percepção e que por isso escapam às definições conhecidas de forma, dimensão e conteúdo. Seguindo o campo aberto por Michel Foucault, Reed afirma que a ação crítica não se pauta em assegurar uma aparência, e sim criar um espaço de resistência e emancipação. Para Reed, essa aparência não se reduz ao visível “[...] mas contempla tudo que pode ser percebido e produzir algum sentido. O caráter vago dessa abertura é o que potencializa a ação espacial [...] que não conhece qualquer predeterminação, seja ela física ou imaterial” (REED, 2012, p.112, tradução nossa).

Novas articulações entre o desenvolvimento urbano e formas de inteligência coletiva, resultam em padrões espaciais em que posições são confrontadas, podendo fortalecer redes de participação e parceria. Essa é uma possibilidade de construção crítica fundamental nos dias de hoje, uma vez que permite relacionar os discursos aos modos de operação, por meio de ferramentas que alteram sensivelmente a percepção e abrangência dos lugares.

Essa ressignificação da materialidade constituída também pode alterar as camadas de constituição dos discursos, das práticas e das convivências, em favor da visibilidade de questões até então não colocadas para amplos segmentos sociais, como um espaço em acelerada deterioração. Nesse processo os meios de constituição das culturas urbanas podem ampliar a leitura desse “espaço em camadas”, tal qual proposto por Wieder (2002), em que “uma investigação crítica sobre as formas de produção espacial dentro do campo de apresentações e exposições culturais começa, desta forma, ao repensar as ferramentas e formatos de apresentação e discussão em si.” (WIEDER, 2012, p. 149, tradução nossa).

A construção social desse espaço se constitui a partir de espacialidades simultâneas e de tempos sobrepostos, sendo a própria duração dos acontecimentos relativizada, por revelar situações possíveis ainda que não estejam vinculadas à permanência duradoura. Qual o papel desses espaços livres na formação do imaginário e cultura urbana nas cidades de hoje? Ativar um local distante das ideias que figuram na mente de planejadores que ocupam os centros de decisões, parece ser a essência de movimentos como o Baixo Centro que estão na contramão de processos hegemônicos de produção do espaço.

3 O MOVIMENTO BAIXO CENTRO: REVELANDO A CIDADE

Conforme Pereira (2006), as formas de pensamento de atores sociais nos leva a refletir sobre a própria historicidade do campo. Sem isso, o que se realiza é um esforço teórico com sinais de anacronismo e artificialidade. O surgimento de organizações relativamente recentes, como o Movimento Passe Livre (MPL), ou de lutas longa duração no espaço urbano, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), situam as contradições presentes nas formas instituídas de produção urbana. Na luta por visibilidade e reconhecimento, as práticas sociais de diversos atores urbanos situam a cidade numa posição instável, cuja construção coletiva não se efetua de maneira abstrata, mas sempre por meio de relações e contrastes.

Para Pereira (2006), assim como em outras tantas situações, o debate em torno do espaço público tende ser naturalizado, ou seja, assimilado de maneira automática. Essa falta de reflexão em torno das noções que permeiam a dimensão constitutiva do espaço público, coloca em evidência alguns de seus atributos – como permeabilidade e abertura – sem relativizá-los, silenciando disputas que permeiam as ações urbanas. A emergência de novas formas associativas em favor dos espaços públicos acaba por trazer o valor de uso para a centralidade dos debates, esfera de construção e manifestação de alteridades. O espaço público não deve ser apenas o lugar de encontro e convívio neutro, mas o espaço do atrito e das diferenças.

Pode-se situar o Movimento Baixo Centro dentre essas culturas defensivas, pautadas pela relação processual, crítica e flexível, em que se procura questionar o caráter hegemônico e pouco abrangente de produção do espaço urbano produzidos por esferas de governos associados ao capital financeiro. Esse fenômeno se repete em diversas cidades ao redor do mundo e, no caso específico de São Paulo, na região conhecida como Baixo Centro, onde as práticas de governo foram dirigidas para: dificultar a ação dos movimentos de moradia que atuam pelo cumprimento do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01); criminalizar dependentes químicos por meio de internações compulsórias; mudar destinações, usos e atividades em favor do crescimento especulativo do mercado imobiliário. Em síntese, atuou-se de maneira sistemática pela supressão das diferenças.

Estes sujeitos que habitam o centro eram como os imigrantes que Rosalyn Deutche (2002) descreve ao falar da obra do artista Krzysztof Wodiczko: pessoas que ameaçam uma ideia de cidade e urbanismo desvinculada do convívio com as diferenças. É nesse cenário que, em 2012, surge o Movimento Baixo Centro. Se há disputa pelas ruas é preciso que as pessoas as ocupem como forma de resistência, como quando convertem o Minhocão em espaço de dança e lazer [figura 1.] Pensando nisso o coletivo criou o Festival Baixo Centro, organizado por financiamento colaborativo, foi o meio encontrado para atrair moradores da região e outras pessoas para os espaços públicos¹. Com essa atitude contrastante, fica evidente o abandono pelo qual esses lugares passaram. Na configuração atual, o Festival Baixo Centro é uma plataforma para divulgar atividades propostas com grande liberdade por qualquer pessoa.

Figura 1: Participantes do Festival. São Paulo, SP - 01 ABRIL 2012: Festival Baixo Centro.



Fonte: Bruno Fernandes, 2012.

Hoje, o centro de São Paulo é um lugar de poucas atividades livres e não programadas. É um local de passagem que distribui fluxos de pessoas e veículos, que concentra usos diurnos e dispersa as pessoas a noite, o que resulta no seu abandono. O Festival organizado pelo Movimento Baixo Centro em 2013 reuniu mais de 100 atividades voltadas à experiência das pessoas nos espaços livres da cidade, relativizando noções de limite e propriedade, assim como propondo novos usos para locais obsoletos.

Esses usos transversais estimulam a repensar os níveis de significado— seja em sua dimensão política, econômica ou social — desse “espaço em camadas”, conforme proposto por Wieder (2012), que constitui o arranjo complexo do tecido urbano. Torná-las ativas, revelar seus

¹ O Baixo Centro optou por não arrecadar dinheiro para a edição de 2014 do Festival. As ações são planejadas e produzidas livremente pelos proponentes, desde que respeitem algum limites que tem por finalidade, por exemplo, não oferecer riscos aos participantes ou incomodar a vizinhança.

dispositivos e as tentativas de escamoteá-las configura o corpo dessas ações críticas. No fundo dessas especulações está a equidade, entendida como valor positivo, condição fundamental para evitar o processo de degradação urbana, tal qual definido em por Borde (2006, p.7): “[...] destituição de qualidades físicas, formais e funcionais de uma edificação ou conjunto urbano.” Borde observa ainda que esta noção não deve ser confundida com o uso dos espaços públicos por parte de sujeitos excluídos da lógica de produção e consumo, segmentos sócio econômicos que não compartilham os hábitos das elites, uma vez que esta noção tem sido utilizada para “[...] justificar ações de renovação urbana, de expulsão da população e outras tantas ações que se contrapõem à existência da desejada diversidade e equidade urbanas.” (BORDE, 2006, p.07)

O lema do Baixo Centro, “as ruas são para dançar”, é levado adiante por seus integrantes como uma formulação poética e sensível que deixa espaço para as mais diversas apropriações: música, teatro, dança e artes visuais. Somadas, estas ações ajudam nessa tarefa de empreender uma transformação do centro que contemple a diversidade de atores e seus modos de vida. Essas relações geram mecanismos capazes de desencadear formas de dialogo mais abertas e plurais.

O espaço que é gerado a partir daí é de fundamental interesse para o urbanismo. Colocar em tensão as formas de inscrição espacial dos atores situados e os modos de intervenção urbana, pode gerar novas formas de assimilação dos fenômenos que permeiam as cidades de hoje. O Movimento Baixo Centro é uma das muitas lutas por apropriação que se efetuam nas ruas das grandes metrópoles atualmente. Querem abrir espaço, revelar outras camadas de cidades ainda latentes e transformar as relações vividas de maneira ampla e equitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo emergente das cidades no contexto dinâmico e global do século XXI, fez surgir não só figuras conceituais que lhe atribuem uma certa generalidade fisionômica e funcional, mas disputas e dissenso na construção urbana. Embora se perceba um contexto de aceleração produtiva que tende a destituir regionalismos e subjetividades, há também a valorização de dimensões não contempladas nas narrativas unívocas sobre o urbano. As contestações em torno dos rumos das cidades revelam modos de associação de agentes e estratégias de representação de valores nos espaços.

O Movimento Baixo Centro se situa entre as formas associativas de pauta inclusiva, centradas na dimensão participativa como meio de reverter os processos de segregação e exclusão em torno das práticas de governo e das estratégias especulativas, cuja consequência, a par de outras tantas, é a subtração da esfera pública. Entre os confrontos e alternâncias que representam, o conjunto de disciplinas urbanas pode extrair alguma energia propositiva dessa realidade, auxiliando a constituição de espaços urbanos mais inclusivos e democráticos.

As disciplinas que trabalham na dimensão do urbano lidam tanto com aspectos de ordem física quanto de natureza imaterial. Compreender o elo entre essas múltiplas referências requer a análise de objetos técnicos e do estoque de informações que o produziu, nesse conjunto intrincado formado por tempos, espaços e atores. Portanto, é de se considerar que a dimensão transgressora é um elemento importante nessa articulação, que se realiza por meio de estratégias de intervenção centradas em formas de tornar visível um conteúdo reprimido por formas hegemônicas de produção urbana. É uma leitura. É uma possibilidade interpretativa que se coloca à discussão e questionamento sem excluir outras abordagens. No momento em que o



mundo atravessa agitações políticas de toda ordem, este estudo procura se alinhar a outras apreensões que procuram discutir o fenômeno urbano em suas dimensões física e existencial.

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Aos integrantes do Baixo Centro pelas entrevistas, especialmente Andressa Vianna, Cauê Ueda, Mauricio Coronado Jr., Ricardo Fukui e Thiago Carrapatoso.

REFERÊNCIAS

- ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.
- BORDE, Andrea. *Vazios Urbanos: perspectivas contemporâneas*. Tese de Doutorado. PROURB, FAU-UFRJ: 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. (4.Ed) São Paulo: Paz e Terra, 2011
- DEUTSCHE, R. Sharing Strangeness: Krzysztof Wodiczko's A Egis and the Question of Hospitality. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1262614?uid=2129&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=2110379304> 1977. Acesso em 03/04/2014.
- DORON, Gil. Transgressive Urban Space. In: FRANCK, Karen; STEVENS, Quentin. *Loose Space: Possibility and Diversity in Urban Life*. Londres: Routledge, 2007, p.210-228.
- GRAS, A. *Grandeur et dépendance - Sociologie des macro-systèmes techniques*. Paris: PUF, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford, Reino Unido: 1994.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MOVIMENTO BAIXO CENTRO. Baixocentro: O Grito dos Outros. VIRUS, São Carlos, n. 9 [online], 2013. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/_virus09/secs/carpet/virus_09_carpet_43_pt.pdf, Acessado em 17/03/2014
- PEREIRA, M. Globalização e história ou atores sociais e culturas urbanas já são levados a sério? In: MACHADO, D. P. (Org). *Sobre Urbanismo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Proureb, 2006.
- REED, P. Spatial Poets. In: HIRSCH, Nikolaus; MIESSEN, Markus. *What is Critical Spatial Practice?*. Berlim: Strenberg Press, 2012. p. 111-112.
- RIBEIRO, A.C.T. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. In: *Redobra*, Ano 3, número 9. Salvador: EDUFBA, 2012.
- WIEDER, A. J. Layered Spaces. In: HIRSCH, N.; MIESSEN, M. *What is Critical Spatial Practice?*. Berlim: Sternberg Press, 2012.
- WIGLEY, M. An interview with Mark Wigley. In: *Architectural Theory Review* 7 (n.1), p. 89-102. Abril de 2002.